



ANAC

INTEGRADA

Conheça o projeto prioritário que está unificando as bases de dados da Agência e irá desempenhar um importante papel no futuro da ANAC

EQUIDADE: ENTENDA O QUE É O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO E CONHEÇA A HISTÓRIA DE SERVIDORES QUE LIDAM DIARIAMENTE COM A QUESTÃO

CONCESSÕES: CONFIRA UM BALANÇO SOBRE A 6ª RODADA DE CONCESSÃO DE AEROPORTOS

PROCESSOS: PARA QUE SERVE UM MPR?

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ANAC INTEGRADA: DESENVOLVENDO INTELIGÊNCIA E INTEGRAÇÃO PARA AS BASES DE DADOS DA AGÊNCIA

Em agosto de 2020, o projeto ANAC Integrada foi consolidado como um dos Projetos Prioritários da Agência. Patrocinado pelo Diretor Tiago Pereira e tendo como gerente o servidor José Assumpção Rodrigues de Almeida, da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), o projeto ANAC Integrada tem como missão resolver um dos grandes problemas da instituição: a falta de integração dos dados e informações das bases de dados da Agência.

Relacionado diretamente ao **Objetivo Estratégico 11** do Plano Estratégico 2020-2026 ("Aprimorar a gestão da informação para a tomada de decisão"), o projeto ANAC Integrada é ambicioso: até o seu encerramento, previsto para junho de 2023, irá realizar 44 entregas, incluindo o

desenvolvimento de 13 sistemas. E os resultados já vêm sendo colhidos desde o ano passado, com a conclusão de sistemas para as Superintendências de Infraestrutura Aeroportuária (SIA), de Aeronavegabilidade (SAR) e, mais recentemente, de Padrões Operacionais (SPO). Mas a iniciativa, na verdade, surgiu em 2017 como desdobramento de outro projeto prioritário que tinha como escopo modelar os dados da Agência de modo integrado.

Nas próximas páginas, o RADAR apresenta um pouco mais sobre como o projeto ANAC Integrada tornou-se um projeto prioritário, seus objetivos e metas já alcançadas e, claro, sobre o importante papel que as áreas técnicas vêm desempenhando para o sucesso da iniciativa. Confira!



ANAC INTEGRADA



MENSAGEM DO PATROCINADOR

A Agência possui uma infinidade de informações sobre o setor e sobre os entes regulados. No entanto, por razões históricas (migração incompleta dos dados do Departamento de Aviação Civil - DAC, várias áreas lidando com os mesmos regulados, entre outras), essas informações, infelizmente, não são integradas e, em muitos casos, estão duplicadas em diferentes repositórios de dados. Essa falta de integração acaba, então, gerando prejuízos à qualidade e à integridade das informações e, por conseguinte, à nossa capacidade de ter uma visão mais holística do setor, além de gerar demandas excessivas de informações aos entes regulados.

Nesse contexto, o ANAC Integrada possui uma altíssima importância, abrangendo diversos benefícios, como: consistência das nossas bases, capacidade de geração de conhecimento e inteligência sobre o setor, desoneração dos entes regulados em enviar dados duplicados, transparência (com segurança) dos dados para o público externo,



entre outros. Trata-se, no entanto, um trabalho um pouco “íngrato”: muito intenso (exige muito da STI e das áreas técnicas) e, aparentemente, sem grandes ganhos no curto prazo. Mas este é um trabalho estruturante, que tem o potencial de transformar a atuação da Agência no longo prazo. Costumo fazer o paralelo desse trabalho de integração das informações com investimentos em saneamento básico: embora seja muito importante, o imenso investimento e os poucos ganhos de curto prazo acabam reforçando a tendência de postergação. Enfim, não podemos mais cair nesse erro e precisamos focar os nossos esforços para estruturar e integrar as bases e sistemas da Agência.

Tudo isso acaba explicando o porquê de o projeto ter sido escolhido pela Diretoria como prioritário.

Contando com a cooperação das áreas – que tem acontecido, diga-se de passagem –, vamos conseguir entregar os frutos desse imenso esforço em 2023.

As origens desse projeto remontam a 2017, quando começamos, ainda na Superintendência de Planejamento Institucional (SPI), a estruturar os requisitos mínimos que devem ter cada base de dados da Agência, aplicando-os como piloto na base de aeródromos, sob gestão da Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária (SIA). Além disso, definimos como funcionaria a governança de dados na Agência. Posteriormente, o projeto foi transferido para a STI, que passou a utilizar essa modelagem para reestruturar e integrar as bases de dados da Agência, em conjunto com as Superintendências. No ano passado, o ANAC Integrada transformou-se em Projeto Prioritário e, com o apoio mais próximo da Diretoria, começou a ganhar maior tração.

Agora estamos abrindo uma nova frente no projeto voltada à melhoria do processo de desenvolvimento de sistemas, contando com o apoio de todas as Superintendências, por meio do Grupo de Desenvolvimento Interno (GDev). Esse grupo é formado por servidores que já atuam com tecnologia da informação nas respectivas áreas e que, portanto, conhecem tanto de tecnologia quanto do negócio. Assim, o GDev constitui-se em um poderoso instrumento de integração de sistemas e aproveitamento de sinergias. A ideia é que as iniciativas de desenvolvimento de novos sistemas sejam discutidas no Grupo, que terá capacidade para avaliar, primeiramente, se a iniciativa de fato exige um sistema novo. Em caso positivo, verá se já existe solução similar na Agência que atenda as necessidades; e, por fim, caso não exista, vai propor o melhor caminho para resolver o problema.

Enfim, integração é a palavra-chave desse projeto. E, para tanto, precisamos da cooperação e do envolvimento de todas as áreas. Estou bastante satisfeito com o nível de envolvimento de cada uma até o momento – e tenho a certeza de que seguiremos assim até o fim do projeto.

Tiago Sousa Pereira

Diretor Patrocinador do Projeto ANAC Integrada

O PROJETO ANAC INTEGRADA

Resultado de uma necessidade antiga da Agência, o projeto prioritário ANAC Integrada tem como principal objetivo promover a unificação e uniformização das bases de dados das áreas finalísticas de toda a ANAC, garantindo a integração de sistemas e dos dados finalísticos de modo a tornar disponível um banco de dados único, sem duplicidade de informações e com a segurança e confiabilidade necessárias – ao mesmo tempo em que propõe um novo modelo de desenvolvimento de sistemas para a Agência, mais integrado com os recursos humanos fluentes em tecnologia das áreas técnicas.

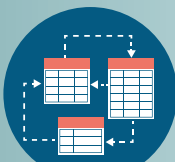
A partir da integração da base de dados, a ANAC será capaz de promover o cruzamento e o correlacionamento de informações de forma automática. Assim, a partir de um cadastro único, os dados serão alimentados em todos os sistemas departamentais e corporativos, permitindo que todas as unidades organizacionais tenham à sua disposição informações precisas e confiáveis de forma simultânea. Além disso, o ANAC Integrada deverá reduzir o retrabalho no momento da coleta de dados, já que as informações coletadas por uma área estarão disponíveis também para as demais unidades organizacionais.

OS PROBLEMAS QUE O ANAC INTEGRADA IRÁ RESOLVER



COMO O PROJETO ESTÁ SENDO DESENVOLVIDO

1



Modelagem dos dados

Em trabalho conjunto realizado com as áreas finalísticas, a equipe do projeto realiza o mapeamento dos dados e, em seguida, desenvolve a estrutura de dados física do banco para comportar cada elemento, de forma unívoca e integrada com os demais elementos.

2



Sistema de cadastro

A segunda etapa do projeto consiste na criação de sistemas de cadastro para manipular os dados da base integrada. Os sistemas devem contemplar, por exemplo, a possibilidade de inclusão e edição de dados, o versionamento de dados, a delegação lógica de dados, a visualização e pesquisa de registros e a criação de perfis para acesso e manipulação dos dados. Cabe ressaltar que essa etapa não inclui a sistematização dos processos de trabalho, que deve ser realizada exclusivamente pela respectiva área.

3



Migração dos dados

Com o sistema desenvolvido, é a hora de trazer o conteúdo da base antiga para a nova base de dados, possibilitando o início da operação. Trata-se de uma etapa que é diretamente influenciada pela complexidade e pelo uso das bases antigas, podendo compreender apenas a migração da última versão válida dos dados ou sua totalidade. Além disso, a etapa de migração dos dados poderá demandar também a sincronização de dados da base nova com a base antiga, de modo a manter operações legadas que dependam de integração com a base antiga.

4



Desnormalização para uso em BI

A última etapa do projeto tem como objetivo a criação e o estabelecimento da rotina de atualização de uma base adjacente à base integrada, na qual são incluídos os dados em uma modelagem otimizada para uso em ferramentas de *Business Intelligence* (BI), incluindo a geração de *dashboards*, de relatórios e de conteúdos estratégicos para consulta e apoio ao processo de tomada de decisões da Agência.

HOTSITE PARA ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

Para permitir o acompanhamento do ANAC Integrada em tempo real, a equipe do projeto elaborou um *hotsite* com informações sobre o projeto e seus avanços. O conteúdo está disponível para todo o público interno da Agência pelo endereço <https://extranet.anac.gov.br/hotsites/anac-integrada/>.*

* Caso você esteja conectado à rede da ANAC, acesse o *hotsite* pela *Intranet* (clique no link para acessar).

ENTREVISTA



JOSÉ ASSUMPÇÃO RODRIGUES DE ALMEIDA

Gerente do Projeto Prioritário
ANAC Integrada

O RADAR conversou com o gerente do projeto prioritário, José Assumpção Rodrigues de Almeida, da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) para entender melhor como estão sendo conduzidas as atividades do ANAC Integrada, suas principais realizações e sobre o importante papel que vem sendo desempenhado pelo Grupo de Desenvolvimento (GDev). Confira:

Como está sendo feito o desenvolvimento dos sistemas para o ANAC Integrada?

O desenvolvimento dos sistemas para o ANAC Integrada está sendo feito por um rito diferente dos demais sistemas entregues pela STI. Os sistemas desse projeto – e também a modelagem de sua base de dados – estão sendo feitos inteiramente por servidores da Gerência de Sistemas e Informações (GESI), sem relação com os contratos de desenvolvimento de fábrica. A ideia é conseguir mais agilidade nos resultados, visto que, com o desenvolvimento feito por servidores, vários entraves burocráticos incontornáveis para o desenvolvimento usando a fábrica de *software* não são necessários, por não haver dispêndio orçamentário. Além disso, estamos experimentando um novo modelo de desenvolvimento em célula, que está entregando os sistemas do ANAC Integrada em uma velocidade assombrosa em relação

ao desenvolvimento de fábrica, e com atuação ativa dos recursos humanos das áreas finalísticas.

Outro ponto relevante é que essa opção de desenvolvimento está gerando produtos mais consistentes, visto que a visão de servidores internos da STI no desenvolvimento carrega um contexto negocial mais completo do que o desenvolvimento feito por terceiros. Importante citar também que esse novo modelo de desenvolvimento expandiu-se e está sendo usado também para entregar outros sistemas fora do projeto ANAC Integrada. Aproveitamos os resultados promissores e estamos acolhendo o desenvolvimento interno como uma ferramenta para gerar sistemas que atendam às áreas de forma rápida e sem entraves burocráticos. Essa nova forma de se fazer sistemas, que foi concebida inicialmente apenas para o ANAC Integrada, mostrou-se um produto por si só.

Quais bases de dados e sistemas já foram concluídos?

Hoje o ANAC Integrada já está no meio do caminho. A modelagem das bases – uma das entregas do projeto –, já foi feita para todos os conjuntos de dados que iremos lidar: pessoas físicas e jurídicas, aeródromos, modelos de produtos aeronáuticos, fabricantes e projetistas, organizações de manutenção, operadores aéreos, entidades de ensino, aeronaves, profissionais de aviação civil e voos. Outras entregas de maior relevância para as áreas de negócio já foram feitas: sistemas e migração de dados de pessoas físicas e jurídicas, aeródromos, fabricantes, projetistas e modelos de produtos aeronáuticos. Organizações de Manutenção também já está com o seu sistema feito e em produção, mas ainda falta finalizar a fase de migração de dados desse sistema e, por último, já houve também a entrega dos dados de pessoas físicas, jurídicas e aeródromos em um *datawarehouse*.

Uma das grandes entregas do ANAC Integrada é o Sistema Santos Dumont. Que sistema é esse?

O Santos Dumont é o nome dado à suíte na internet para hospedar todos os sistemas desenvolvidos para o ANAC Integrada. Atualmente já possuímos 6 sistemas entregues pelo projeto em produção nessa plataforma. Porém, como expandimos o modelo de desenvolvimento em célula para atender, ainda, a outras demandas de desenvolvimento, esta plataforma também contém os demais sistemas feitos internamente pelos servidores da Agência.

A ideia de uma suíte única vem da proposta de termos uma interface unificada para todos os sistemas, além de *login*, tratamento de erros e de *logs* unificado. Outra vantagem de todos os sistemas estarem na mesma plataforma é que elas podem compartilhar telas entre diversos sistemas. Na prática, isso significa que, no futuro, o Santos Dumont atuará como o grande portal de sistemas finalísticos da Agência, e o servidor terá a sensação de estar trabalhando dentro de um único e grande sistema. O Santos Dumont pode ser acessado pelo endereço <https://santos-dumont.anac.gov.br/menu>.

Com o funcionamento do Santos Dumont, qualquer servidor poderá incluir dados e alterar informações?

Não necessariamente. Os sistemas entregues são sistemas como os outros: com perfis de acesso de leitura e escrita aos dados. É do espírito do projeto que todos os dados devem ser abertos para leitura – com exceção de dados sensíveis, sigilosos ou pessoais – mas a escrita deve ser feita somente pelos servidores que atuam nos dados

do sistema diretamente. Importante citar que a modelagem de dados da ANAC Integrada foi feita de tal forma que todo dado de cadastro de regulados não se perde, mesmo se for apagado. Quando um servidor “apaga” um dado da base, o que acontece de fato é só uma marcação lógica naquele registro de que ele foi “apagado”, mas ele ainda fica na nossa base para auditorias futuras. Na prática, todo dado finalístico da ANAC Integrada é versionado, e não apagado.

Entre as novidades que o ANAC Integrada já vem trazendo para a Agência está a criação do Grupo de Desenvolvimento Interno (GDev). O que é esse grupo e para que ele serve?

O GDev é um dos principais produtos do segundo objetivo do projeto, que vai institucionalizar e democratizar o novo modelo de desenvolvimento de sistemas que estamos usando no ANAC Integrada. Ele é um grupo composto pelos desenvolvedores departamentais de praticamente todas as Superintendências da Agência e que possuem acesso e patrocínio da STI para desenvolver sistemas no Santos Dumont usando o modelo de desenvolvimento em célula e a ferramenta tecnológica do projeto. A ideia é democratizar o desenvolvimento interno sem perder a qualidade e o controle.

Para fazer parte do GDev, os desenvolvedores departamentais precisam prestar por um treinamento intensivo de 80 horas e, ao final, prestar um exame. Ao passar no exame, estão habilitados para desenvolver sistemas lado-a-lado com a STI. Alguns sistemas utilizados por toda a Agência foram feitos por esses desenvolvedores, usando-se este modelo, como é o caso do RiscoPro (SPI), o SPEF (SFI), o PGDII e o de Controle de Processos da Diretoria (ASTEC). O grupo serve para garantir que o desenvolvimento departamental seja feito de forma sinérgica com o desenvolvimento corporativo, sem duplicar dados e aproveitando-se de componentes, interface e arquitetura padrão da STI. Com isso, conseguimos que a ANAC faça menos sistemas, e que eles sejam mais importantes e integrados. Além disso, o grupo tem um papel executivo também. A proposta do projeto prioritário é que esse grupo – cujos servidores foram indicados por seus respectivos Superintendentes – tenha competência para propor soluções e melhorias em produtos e processos que envolvam tecnologia, além de apreciar as propostas de projetos para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) de forma sinérgica antes do envio à STI.

ENTREVISTA



NELSON EISAKU NAGAMINE

Superintendência de Aeronavegabilidade

Em 2020, a Superintendência de Aeronavegabilidade (SAR) concluiu o processo de modelagem de três de suas bases de dados: "Fabricantes de Produtos Aeronáuticos", "Detentores de Projeto de Produtos Aeronáuticos" e "Modelos de Aeronaves". Hoje com três sistemas já desenvolvidos e em pleno funcionamento na SAR, os benefícios do ANAC Integrada já podem ser sentidos na rotina das equipes da Superintendência. O Gerente Técnico de Aeronavegabilidade Continuada, Nelson Eisaku Nagamine, conversou com o RADAR e contou um pouco sobre como foi o trabalho realizado em conjunto com a equipe do projeto e quais benefícios já podem ser vislumbrados nas rotinas da Superintendência.

Como foi o processo de modelagem das bases de dados da "Fabricantes de Produtos Aeronáuticos", "Detentores de Projeto de Produtos Aeronáuticos" e "Modelos de Aeronaves"? Quais as principais dificuldades que vocês encontraram durante esse trabalho?

A modelagem começou em fevereiro de 2019, com a realização de uma célula presencial. Foram dois dias inteiros dedicados exclusivamente à STI, quando eles tiraram várias dúvidas comigo com relação a modelo de aeronaves. Desta célula, eu participei representando a SAR (na realidade, representando o processo de certificação de produto), pois sou gestor do módulo SHA do SACI, que

é o módulo de cadastro de modelos de aeronaves utilizado desde 2012. Após a célula, fiz uma reunião interna com algumas pessoas para confirmar os conceitos que eu havia colocado à STI.

O sistema foi entregue no meio de 2019, mas somente no final de 2020, momento em que foi finalizada a migração de dados e a sincronização com o SHA do SACI, foi possível utilizar, de fato, o novo sistema. Durante esse período entre a célula e a entrega, testamos as funcionalidades e fizemos uma sanitização dos dados. A sanitização de dados foi trabalhosa, mas valeu a pena pois aproveitamos para corrigir vários dados e fazer uma limpeza

geral, inclusive compatibilizando os dados do SHA/SACI com a Intranet SAR, já pensando em uma futura substituição desta última (tal sistema é um legado desde antes da ANAC e que foi desenvolvido na época em que a atividade de certificação de produto era realizada pelo então Centro Técnico Aeroespacial - CTA). Aqui vale ressaltar que esse trabalho inicial do ANAC Integrada tem focado os sistemas cadastrais, ao invés dos sistemas de controle de processos. Estes últimos, como é o caso da Intranet SAR, ficarão para outro momento.

A modelagem trouxe a oportunidade de corrigir alguns problemas conceituais que o sistema SACI tinha (ou melhor, ainda tem, já que o SACI ainda não foi desativado totalmente). Por exemplo, fizemos uma distinção entre fabricante e detentor de projeto, pois nem sempre quem projeta é quem fabrica em série. Para o SACI, isso ficava simplesmente como fabricante. Um exemplo disso é a Helibrás, que entrega produtos cujas especificações, desenhos e direitos pertencem à Airbus Helicopters.

O novo sistema também é mais versátil: ele tem uma infraestrutura de arquitetura preparada para cadastrar qualquer tipo de produto aeronáutico, desde aeronaves até componentes. Neste momento, apenas as aeronaves estão cadastradas mas, futuramente, poderemos ter outras categorias como motores e hélices. Além disso, o novo sistema possui 3 camadas, diferentemente do antigo que tem camada única. O sistema antigo acaba misturando modelos de aeronaves, variantes desses modelos e designações de projeto de tipo, o que, às vezes, gera algumas confusões.

Outro ponto importante a ressaltar foi a preparação da arquitetura, com o objetivo de eliminar bases redundantes. Como sabem, várias unidades da ANAC consomem informações sobre modelos de aeronaves e a intenção é unificar todas as informações em uma base única, o que evitará conflitos de informações.

Como está sendo a utilização dos sistemas pela SAR?

É bom lembrar que hoje a maior parte das pessoas não enxerga o novo sistema. O SACI ainda permanece como a principal plataforma de dados da ANAC e é por onde as pessoas acessam as informações. O que ocorre, na verdade, é que o novo sistema é o meio para se incluir novos dados, e diariamente existe uma sincronização com o módulo SHA do SACI. No futuro, com a desativação do SACI, o novo sistema ficará visível para todos.

Assim, com relação à utilização do sistema, eu diria que estamos em uma rotina de adaptação, pois o uso do novo sistema não é muito frequente já que nem toda semana temos novos modelos para cadastrar. Basicamente uma de nossas assistentes é a principal usuária, embora tenhamos outras pessoas com permissão de acesso. Assim, pode-se dizer que ainda estamos em uma curva de aprendizado, pois o novo sistema é bem diferente do SHA. Mas vejo muito potencial no ANAC Integrada, pois esse trabalho conceitual aliado à integração das várias bases de dados e suas respectivas normalizações de taxonomia trazem diversas possibilidades em termos de análise de dados.

Evidentemente, de vez em quando, enfrentamos alguns erros de sistema, mas entendo que é natural, pois a base de modelos de aeronaves é fundamental para vários outros sistemas que usam a informação e esses outros sistemas ainda estão em desenvolvimento. Ao conectar os sistemas com a base de modelos, às vezes ocorrem esses erros. Mas eles têm sido rapidamente solucionados. Aliás, eu gostaria de aproveitar para parabenizar a STI, em especial a equipe do Assumpção, não só porque eles têm sido bastante prestativos e céleres na solução dos erros, mas também pela forma como o processo de desenvolvimento do sistema foi conduzido.

ENTREVISTA



LAWRENCE JOSUÁ FERNANDES COSTA & RODRIGO VIANA TORRES

Superintendência de Padrões Operacionais

Oito servidores entre membros da Superintendência de Padrões Operacionais (SPO) e da STI foram mobilizados para atuar na modelagem e no desenvolvimento do sistema "Organizações de Manutenção". O desenvolvimento do sistema teve início em março deste ano e, hoje, encontra-se concluído e em fase de produção, restando apenas a migração dos dados antigos para a nova base para que entre em pleno funcionamento (etapa prevista para ser concluída nos próximos dois meses). Conversamos com os servidores Lawrence Josuá Fernandes Costa e Rodrigo Viana Torres, que participaram ativamente deste processo e que comentaram com o RADAR sobre as expectativas da SPO para a utilização do novo sistema e da base de dados integrada.

Como foi o processo de modelagem das bases de dados das Organizações de Manutenção? Quais as principais dificuldades que vocês encontraram durante esse trabalho?

No ano passado, logo após a entrada em vigor do novo Regimento Interno, fomos convidados pelo Diretor Tiago Pereira e pelo José Assumpção para assistir à reunião final da célula que construiu a base corporativa para os produtos aeronáuticos e detentores de projeto de tipo realizada em conjunto com a SAR. Nessa reunião foi possível observar que o que precisaríamos para modelar uma base de dados para as Organizações de Manutenção certificadas pela ANAC, como a base de pessoas jurídicas, a de pesso-

as físicas, a de projetistas/fabricantes e a de modelos de produtos aeronáuticos, já estavam modeladas no sistema Santos Dumont pelo projeto ANAC Integrada. Assim, logo que ficou claro à equipe do projeto que tínhamos os elementos necessários para iniciar o desenvolvimento do sistema, bastou encontrar espaço na agenda dos envolvidos e marcar as reuniões da célula de desenvolvimento.

A célula ficou marcada para ocorrer em fevereiro. Então, algumas semanas antes nos reunimos na Gerência de Certificação de Aeronavegabilidade Continuada (GCAC/SPO) com o gerente da Gerência Técnica de Certificação de Organizações de Manutenção (GTOM/GCAC/SPO), Rodrigo Viana Torres, e com alguns colegas da GTOM, como

o Wenderson Pires e Carlos Almeida, para discutirmos e definirmos o que esperávamos obter ao final do desenvolvimento. Essas reuniões anteriores ajudaram bastante a alinhar o que gostaríamos de obter do sistema e também a compartilhar um pouco da visão de futuro do que o sistema pode evoluir e se tornar. Esse alinhamento tornou mais fáceis as definições e decisões que precisaram ser tomadas durante o desenvolvimento em célula – mesmo que alguns pontos ainda tiveram que ser discutidos durante a célula, para desespero do Assumpção (*risos*).

No meio de janeiro, aconteceu, ainda, uma reunião que o projeto chama de audiência, em que transmitimos à equipe do GDev – em especial ao Marcos Dumay que é quem modela o banco de dados para os sistemas do Santos Dumont – toda a concepção do que envolve uma Organização de Manutenção certificada e tudo o que precisávamos que o sistema passasse a registrar e nos auxiliar a controlar.

Em fevereiro, então, iniciou-se a célula de desenvolvimento. Foram duas semanas intensas, nas quais nos reunimos todas as tardes com o GDev para modelar, explicar e, ao mesmo tempo, já construir o sistema usando a plataforma APEX da Oracle. Foi impressionante ver o sistema surgindo na nossa frente à medida em que íamos explicando ao Assumpção e equipe (Dumay, Igor e Nathalio) o que precisávamos cadastrar e controlar pelo sistema. Depois, mais duas ou três reuniões para alguns ajustes e melhorias finais, como a definição dos perfis de uso do sistema, e pronto: passamos aos testes e à preparação para a migração dos dados para o novo sistema, etapa em que estamos hoje.

Posso dizer que a maior dificuldade nesse tipo de desenvolvimento é justamente estar disponível e preparado para responder todas as questões que definem as regras de negócio de um desenvolvimento tão intenso como esse. Procuramos minimizar essa dificuldade com as reuniões de alinhamento prévio e envolvendo um bom número de pessoas – quatro no nosso caso –, que conseguissem suprir a agenda programada para a célula e agregar ao sistema uma maior capacidade de lidar com as diversas situações que podem ocorrer nas certificações e vigilância das Organizações de Manutenção.

Atualmente o sistema está na etapa de migração dos dados antigos. Quais as expectativas da SPO para sua utilização?

Hoje estamos na etapa de migração dos dados antigos

para a nova base. Admito ser a etapa mais desafiadora, pois também é aquele momento de fazer uma boa “faxina” nos dados e evitar transferir dados incorretos ou informações desatualizadas para o novo sistema. Ao mesmo tempo, como o novo sistema se aproveita da integração com as outras bases de dados já desenvolvidas pelo projeto ANAC Integrada (o que dá uma confiabilidade e integridade superior aos dados e informações que vamos inserir no sistema), não foi possível simplesmente fazer aquele “copia e cola” dos bancos de dados antigos. Então acaba sendo a parte mais lenta do projeto, mas que, de certa forma, está nas nossas mãos (GCAC) para concluir.

Como optamos por vincular os produtos nos quais uma Organização de Manutenção está certificada para realizar serviços de manutenção à base de dados de modelos de produtos aeronáuticos desenvolvida pelo ANAC Integrada junto à SAR, de modo a obter mais consistência e permitir a vinculação de dados de manutenção aos dados de projeto certificados ou validados pela SAR, ainda será necessário concluir o cadastro, nesse sistema, dos modelos de motor e hélice certificados para operação no Brasil. Para essa parte do projeto estamos recebendo ao apoio direto dos servidores Nelson Nagamine e Pedro Paludo, ambos da SAR.

Assim, como estamos falando de um universo superior a 600 bases de manutenção no Brasil e no exterior, além de algumas centenas de produtos aeronáuticos para classificação em relação à manutenção (conforme definição do RBAC nº 145), ainda temos um bom trabalho pela frente e a expectativa é que tenhamos o sistema totalmente operacional já em julho deste ano. Com isso, a SPO, assim como qualquer outra área e até mesmo o público externo, poderão consultar e conferir rapidamente a localização de todas as organizações certificadas para fazer manutenção em determinado produto, sua situação atual, e poderão fazer levantamentos dos produtos que mais aparecem em certificações para direcionarmos ações de capacitação. Também será direcionar rapidamente ações de vigilância ou orientações de segurança a todas as organizações que fazem serviços de manutenção em um determinado produto envolvido em um acidente ou incidente, verificar o vínculo de determinado Responsável Técnico em outras empresas ou até em outras funções reguladas pela própria SPO, SAR, SIA ou outra Superintendência. Isso entre vários outros benefícios que um sistema mais completo e com banco de dados integrado a outras bases corporativas da ANAC será capaz de prover.

COM SUCESSO DA 6ª RODADA, MERCADO ALCANÇA 78% DO TRÁFEGO AÉREO NACIONAL



CONCESSÃO

O bem-sucedido leilão da 6ª rodada de concessão de aeroportos, realizado em 7 de abril, em São Paulo, é mais uma confirmação de que o programa do governo federal para a ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária do país é um caminho sem volta. Mesmo em meio à pior crise da história da aviação, causada pela pandemia da Covid-19, grupos nacionais e estrangeiros resolveram apostar alto no setor. A disputa pelos ativos fez o ágio médio dos lances superar os 3.800%, com oferta total de R\$ 3,3 bilhões em contribuições iniciais pelo direito de exploração, por 30 anos, dos 22 aeroportos agrupados nos blocos Norte, Central e Sul.

Mesmo diante de enorme apetite dos investidores e da acertada estratégia do governo federal em oferecer ativos em um momento de baixa oferta mundial de infraestruturas aeroportuárias, a ANAC conseguiu, mais uma vez, mostrar serviço. O desempenho da Agência fez a diferença.

A ANAC não marcou presença apenas na celeridade e no rigor técnico da elaboração e aprovação dos documentos jurídicos (minutas de edital e contrato de concessão) do leilão, mas sobretudo na eficaz e rápida atuação em relação ao reconhecimento

e cálculo das perdas das atuais concessionárias de aeroportos diante das restrições de operações impostas pela Covid-19. Os pedidos de reequilíbrio e as recomposições de perdas da crise aprovados em tempo recorde mostraram que no país há respeito a contratos e segurança jurídica assegurada pela regulação.

Além disso, os investidores viram também sensibilidade da Agência ao incluir no edital a figura do assistente técnico, agente que passou a poder ser contratado pelo proponente vencedor sem experiência em gestão aeroportuária. A inovação ampliou o leque de possíveis investidores e foi até usada na 6ª rodada por dois proponentes cujos lances não lograram êxito na disputa.

Os 22 aeroportos leiloados em 7 de abril foram arrematados com valor adicional de R\$ 3,1 bilhões em relação ao lance mínimo total de R\$ 186,1 milhões. Em condições normais de demanda e oferta, esses aeroportos processam, juntos, cerca de 11% do total do tráfego de passageiros, o equivalente a 24 milhões por ano (dados de 2019). Até a 5ª rodada, o tráfego aéreo nacional concedido ao setor privado somava 67% do total. Após a 6ª rodada, atingirá 78%.

CONCESSÕES

LICITAÇÃO ATRAIU PROPONENTES PARA TODOS OS BLOCOS

O leilão da 6ª rodada de concessão foi o segundo com aeroportos agrupados em blocos. Foi realizado na B3, em São Paulo, e contou com a concorrência de 7 proponentes habilitados. O certame teve início às 10h e foi concluído por volta de 10h40, sem disputa de lances por viva voz. O Bloco Sul, composto pelos aeroportos de Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), Navegantes (PR), Londrina (PR), Joinville (SC), Bacacheri (PR), Pelotas (RS), Uruguaiana (RS) e Bagé (RS), foi arrematado pela Companhia de Participações em Concessões por R\$ 2,1 bilhões, com ágio de 1.534,36% em relação ao lance mínimo inicial de R\$ 130,2 milhões.

Formado pelos aeroportos de Goiânia (GO), São Luís (MA), Teresina (PI), Palmas (TO), Petrolina (PE) e Imperatriz (MA), o Bloco Central teve como vencedor também a Companhia de Participações em Concessões, com ágio de 9.156,01% em relação ao lance mínimo inicial de R\$ 8,1 milhão. O bloco de 6 aeroportos foi arrematado por R\$ 754 milhões. O Bloco Norte, integrado pelos aeroportos de Manaus (AM), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Cruzeiro do Sul (AC), Tabatinga (AM), Tefé (AM) e Boa Vista (RR), foi arrematado pela Vinci Airports. A empresa pagou R\$ 420 milhões pelos 7 aeroportos do bloco, com ágio de 777,47% em relação ao lance mínimo inicial de R\$ 47,8 milhões.

"Fiquei muito feliz com a participação dos grupos que aqui estão, todos qualificados, todos de ponta, todos com



bom histórico na infraestrutura do Brasil e do mundo. Dentro da nossa estratégia de crescimento da aviação civil, o investimento na infraestrutura aeroportuária é fundamental", afirmou o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas.

O Diretor-Presidente da ANAC, Juliano Noman, também celebrou o resultado. "Tenho convicção de que estamos entregando o melhor programa de concessões. Temos alcançado resultados bastante exitosos e bem sucedidos. O momento é de oportunidade com a injeção de investimentos robustos que vão contribuir para a retomada econômica do país e do setor aéreo, bem como a melhoria da infraestrutura brasileira, o acesso ao modal aéreo e a geração de empregos", afirmou.

Resumo do leilão da 6ª rodada de concessão de aeroportos

	Bloco Sul (Companhia Partic. em Concessões)	Bloco Central (Companhia Partic. em Concessões)	Bloco Norte (Vinci Airports SAS)
Nº de propostas	3	3	2
Lance mínimo	R\$ 130,2 milhões	R\$ 8,1 milhões	R\$ 47,8 milhões
Lance vencedor	R\$ 2,128 bilhões	R\$ 754 milhões	R\$ 420 milhões
Valor do ágio	R\$ 1.997,8 bilhão	R\$ 745,9 milhões	R\$ 372,2 milhões
Ágio sobre lance mínimo	1.534,36%	9.156,01%	777,47%
Valor total a ser pago na assinatura do contrato		R\$ 3,3 bilhões	
Ágio médio das propostas		3.822,61%	

COMITÊ DE EQUIDADE

VAMOS FALAR SOBRE O AUTISMO



No dia 2 de abril é comemorado o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007, a data é uma forma de trazer à tona o tema autismo e disseminar informações sobre essa condição, a cada ano com um foco diferente. Em 2021, o tema da campanha é “Respeito para todo o espectro” e propôs a utilização da hashtag **#RESPECTRO** nas redes sociais como forma de apoiar a causa.

A palavra espectro faz parte do “nome completo” do Autismo (Transtorno do Espectro do Autismo - TEA) e se refere às variações de sinais do Autismo em cada indivíduo. Ao unir à noção de respeito esse termo pouco conhecido por boa parte da população, a campanha visa pessoas sobre as diferentes formas em que o transtorno se apresenta em cada paciente e a importância de respeitar cada uma delas.

Para contribuir com a quebra de preconceitos e com a disseminação de informações sobre a temática, a Assessoria de Comunicação Social e o Comitê de Equidade prepararam esta matéria especial e conversaram com alguns servidores que convivem diariamente com pessoas com TEA. Confira!

O QUE É AUTISMO?

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição de saúde caracterizada por déficit — ou dificuldade — em duas importantes áreas do desenvolvimento humano: a comunicação social e comportamento. O autismo surge na forma de inúmeros subtipos, que se manifestam de diferentes formas em cada indivíduo.

A utilização do termo “Espectro” permite contemplar os diferentes níveis de comprometimento de cada pacien-

te. Há situações em que o TEA ocorre associado a outras condições ou doenças (como deficiência intelectual ou epilepsia, por exemplo), fazendo com que o autista dependa de forma mais significativa do cuidado e do apoio de terceiros para realizar tarefas do cotidiano. Outros podem levar vidas completamente independentes e até não ter consciência de que apresentam a condição, se nunca diagnosticada.

CAUSAS, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

Um estudo realizado em 2019 pela Jama Psiquiatria apontou que as causas do Autismo estão, majoritariamente, nos genes. Foi calculado que entre 97% e 99% dos fatores determinantes para o desenvolvimento do transtorno são genéticos, sendo 81% hereditários. A porcentagem de atuação de fatores ambientais, por sua vez, é de 1% a 3%. Existem, atualmente, 1.003 genes mapeados e estudados como possíveis fatores de risco para o transtorno e, entre eles, 102 são considerados os principais.

Alguns sinais do Autismo podem aparecer a partir de um ano e meio de idade ou até mesmo mais cedo (geralmente, nos casos mais graves), o que reforça a importância de iniciar o tratamento o quanto antes. Mesmo na fase de suspeita clínica, sem diagnóstico fechado, pode-se dar início às intervenções, que têm a capacidade de melhorar a qualidade de vida do paciente. Segundo Associação Americana de Psiquiatria, o tratamento psicológico com mais evidências de eficácia é a terapia de intervenção comportamental, sendo a mais utilizada entre as técnicas o ABA (*Applied Behavior Analysis* – em português, Análise Aplicada do Comportamento).

Cabe ressaltar que o tratamento para TEA é personalizado e interdisciplinar – ou seja, envolve intervenções de fonoaudiologia, terapia ocupacional, entre outras áreas, além da psicologia. Em alguns casos, é recomendado que, durante a vida escolar da criança e adolescente autista, um mediador ajude no dia a dia, no que se refere ao aprendizado e a interação social.

FIQUE ATENTO A ALGUNS SINAIS AUTISMO NA INFÂNCIA

O autismo pode se manifestar de diversas maneiras. Abaixo estão alguns dos sinais que podem indicar a condição entre crianças:



Não manter contato visual por mais de 2 segundos.



Não atender quando chamado pelo nome.



Isolar-se ou não se interessar por outras crianças.



Alinhar objetos.



Ser muito preso a rotinas a ponto de entrar em crise.



Não brincar com brinquedos de forma convencional.



Fazer movimentos repetitivos sem função aparente.



Não falar ou não fazer gestos para mostrar algo.



Repetir frases ou palavras em momentos inadequados, sem a devida função (ecolalia).



Girar objetos sem uma função aparente.



Interesse restrito por um único assunto (hiperfoco).



Não imitar.



Não brincar de faz-de-conta.



Hipersensibilidade ou hiper-reatividade sensorial.



Marcela e Gabriel

“Crescer em meio a diversidade é necessário para divulgar e diminuir o preconceito”

Marcela Motta de Oliveira

“Lógico que dói receber um diagnóstico, não é o que sonhamos quando temos um filho. Acho que cada um vai ter um sentimento diferente”, diz a servidora Marcela Motta de Oliveira, 37 anos, mãe de Gabriel, diagnosticado com autismo há três anos, quando o menino tinha apenas 2 anos de idade.

Para Marcela, a rotina é corrida, cheia de terapias e tratamentos, desde a hora que seu filho acorda, até a hora de dormir. *“Todas as atividades precisam ser ensinadas com muita repetição para que ele adquira repertório. Eu trabalho com a rotina visual de todas as atividades básicas do dia, como escovar os dentes, trocar de roupa e tomar banho. Tudo precisa ser identificado visualmente antes de ser feito”, explica.*

Na pandemia, tudo se tornou ainda mais difícil, com o isolamento social e, consequentemente, a interrupção dos atendimentos de Gabriel por profissionais. *“Ficamos um mês inteiro sem nenhum tipo de atividade. Depois disso, os terapeutas adaptaram os atendimentos para serem feitos online, nos quais eu conduzia as terapias com orientação do terapeuta ao vivo. Depois de três meses utilizando esse método, voltamos às terapias presenciais”, conta.*

Gabriel é autista nível 3 de suporte, o que significa que ele precisa de apoio em todas as atividades realizadas durante o dia. Por isso, Marcela tem redução de jornada de 50% sem redução salarial. *“Pais de crianças autistas, precisam exercer papel de pais e terapeutas ao mesmo tempo, então é fundamental ter horas a mais por dia para se dedicar ao filho”, afirma.*

Infelizmente, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que seja garantida a equidade a tutores de crianças autistas. *“O plano de saúde não paga o tratamento. Para conseguir uma parte do ressarcimento, eu tive que pegar orientações com advogada e entrei com processo administrativo no plano. Não temos ressarcimento total e, para tentar obter esse tipo de ressarcimento é necessário entrar na justiça. No entanto o processo é longo e custoso, então preferimos seguir com o ressarcimento pago pela tabela do plano, o que é muito inferior ao valor real investido”, relata a servidora, que atenta para a necessidade de esclarecer e conscientizar as pessoas sobre o transtorno. “Acho que ainda é desconhecido para a maioria, o que se sabe sobre autismo é o que a televisão mostra. Não é um tema que seja abordado a não ser para aqueles que convivem com autistas”, afirma. “Hoje praticamente em toda sala de aula tem pelo menos uma criança no espectro. Por isso, é tão importante a inclusão dentro das escolas. Crescer em meio a diversidade é necessário para divulgar e diminuir o preconceito”, completa.*



Raquel e Pedro



Raquel e Francisco



Da esquerda para a direita:
Gustavo, Felemon, Lucas,
Pedro e Celene

“Isso não significa que estão em outro mundo, é o mesmo mundo visto sob nuances diferentes”

Raquel Irber

A servidora Raquel Irber passou pelo choque de um diagnóstico duas vezes. Seus filhos, Pedro e Francisco são autistas, o que multiplica gastos, atenção e cuidados dentro de casa. *“Normalmente, durante a semana há uma rotina de terapias. Fonoaudiólogo, psicólogo, psicoterapia em grupo, psicomotricidade, terapia ocupacional, equoterapia e reforço escolar. Essas terapias não são no mesmo lugar, então eu passo o dia correndo de um canto a outro da cidade, tentando chegar a tempo em cada lugar. Às vezes são 30 minutos para sair do fim do Lago Norte e chegar ao fim da Asa Sul. É assim para conseguir acomodar todas as terapias que o médico solicitou para cada um, com os horários que os profissionais têm disponíveis”*, relata Raquel.

A servidora, que trabalha 30 horas semanais, diz que antes da pandemia, às vezes almoçava na sala de espera da primeira terapia do dia. Com o isolamento e trabalhando de casa, as dificuldades mudaram. *“Me sinto sobrecarregada, pois o trabalho da ANAC tem que ser feito à distância, enquanto tenho que dar conta, simultaneamente, da escola à distância das crianças”*, explica. Para Raquel, assim como Marcela, é importante mostrar às pessoas como o autismo é de verdade. *“Permita-me fazer uma analogia. Se falássemos de uma coisa simples, seria como o ato de enxergar cores. Uma pessoa típica enxerga umas 300 cores diferentes? Mas existem pessoas atípicas, com daltonismo, que vão enxergar menos cores, e outras pessoas, com hipersensibilidade, enxergarão tons que a média das pessoas sequer reconhece. E no autismo é bem isso, o funcionamento neurológico das pessoas com autismo é diferente, e faz com que elas entendam o funcionamento do mundo de uma forma diferente, processando os mesmos estímulos de forma diferente. E isso não significa que estão em outro mundo, é o mesmo mundo visto sob nuances diferentes”*, explica.

“Ah, mas nem parece que é autista. Mas é levinho, né?”

Felemon Gomes

Esse é um exemplo de fala capacitista (veja mais sobre capacitismo na próxima página) que o servidor Felemon Gomes, 46, já ouviu sobre seus filhos, Lucas (6) e Pedro (10), ambos inseridos no espectro autista. *“Iniciamos uma grande empreitada de terapias e estímulos quando o Lucas tinha 3 aninhos. Nessa época ele tinha uma agenda cheia: fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, estimulação precoce, equoterapia, e acompanhamento pediátrico e neuropsiquiátrico”*, conta.

Com a excelente resposta de Lucas ao acompanhamento, Felemon decidiu tentar terapias com Pedro, seu filho mais velho. *“A nossa intensa experiência com o Lucas acendeu a luz para a necessidade de acompanhamento multidisciplinar também do Pedro, nosso primogênito. Tudo de novo, mas com um enfrentamento emocional muito mais suave, mas não menos cuidadoso. O Pedro faz terapia psicológica e música (toca flauta transversal)”*.

O servidor, que tem mais um filho, Gustavo (6), conta que já ouviu frases capacitistas até vindas de médicos. *“Ele vai ser o estranho da turma, mas vai ser bem inteligente”*, disse um profissional durante uma consulta. Para Felemon, não se pode culpar as pessoas pelos comentários que, na verdade, revelam a necessidade urgente de mais conhecimento sobre o assunto. *“Não dá para recriminar o olhar de reprovação, distanciamento ou dúvida que muitas vezes percebemos pois vêm com a bagagem psicológica de uma vida toda. Precisamos sim acolher e informar, cada vez mais. Só assim será possível mudar a forma de ver o autismo”*, finaliza.

CAPACITISMO: VOCÊ SABE O QUE É ISSO?



Capacitismo é o termo que nomeia toda forma de discriminação e preconceito social contra pessoas com qualquer tipo de deficiência física, mental, comportamental ou sensorial. Conheça a seguir alguns termos considerados capacitistas aplicados aos casos de TEA e que, por reforçarem estereótipos, devem ser evitados:

“Anjos Azuis”

Por meio da palavra “anjo”, o estereótipo idealiza todos os autistas como seres puros, enquanto o “azul” faz referência à prevalência de meninos no espectro. O termo é considerado capacitista, visto que, ao se referir a alguém como anjo, está desumanizando e infantilizando a pessoa. Já a generalização azul desconsidera as meninas no espectro.

“Pessoa autista não gosta de afeto”

A pessoa no espectro pode sofrer de hipersensibilidade sensorial, no entanto, cada um tem características diferentes, o que torna a crença um estereótipo, forma de preconceito.

“Pessoas com autismo têm habilidades extraordinárias”

Muitos pais de crianças autistas costumam ouvir perguntas como “qual a habilidade especial do seu filho?”. A ideia, baseada no estereótipo de que pessoas autistas possuem capacidades além do normal, é considerada capacitista, já que desconsidera as variações dentro do espectro.

OUTROS TERMOS CAPACITISTAS

- **“Ele nem parece autista”**: Embora muitas vezes seja falada como se fosse um elogio, a frase faz uso de um termo capacitista, já que não existe “cara de autista”.
- **“Sair do espectro”**: a pessoa que está dentro do espectro será sempre autista. O tratamento precoce faz com que o paciente desenvolva as habilidades para ser o mais independente possível, mas nunca deixará de ser autista.
- **“Quando ele crescer, ele vai ser curado”**: outra expressão capacitista, visto que considera o Autismo como doença e “ser curado” se refere a perda das características do próprio espectro.



DIREITOS DAS PESSOAS COM TEA

Em geral, o indivíduo que apresenta Autismo possui os mesmos direitos garantidos a todos os cidadãos do país, pela Constituição Federal de 1988 e outras leis nacionais, como as presentes no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90) e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Para a luta do respeito e equidade, a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012) foi um marco ao criar a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Segundo o texto, é direito dos Autistas o diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS); o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. A lei também define que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada Pessoa com Deficiência (PCD), para todos os efeitos legais, o que permite enquadrar as pessoas com TEA nas leis específicas de pessoas com deficiência, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), e nas normas internacionais assinadas pelo Brasil, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2000).

Além das políticas públicas mais abrangentes, existem outras legislações que regulam questões mais específicas do cotidiano:

- Lei nº 13.370, de 12 de dezembro de 2016: Reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas. A autorização tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos para os funcionários públicos federais que são pais de pessoas com TEA.
- Lei nº 8.899, 29 de junho de 1994: Garante a gratuidade no transporte interestadual à pessoa autista que comprove renda de até dois salários mínimos. A solicitação é feita através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993: A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Para ter direito a um salário mínimo por mês, o TEA deve ser permanente e a renda mensal per capita da família deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Para requerer o BPC, é necessário fazer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o agendamento da perícia no site do INSS.
- Lei nº 7.611, de 11 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.
- Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989: Estipula o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000: Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos.

Referências

<https://www.revistaautismo.com.br/o-que-e-autismo/>
<https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/cartilhas/cartilha-autismo-uma-realidade/>
<https://www.autismolegal.com.br/direitos-do-autista/>
<https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-direitos/>
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28973605/>
<https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/fullarticle/2737582>
[https://www.cell.com/cell/pdf/S0092-8674\(19\)31398-4.pdf](https://www.cell.com/cell/pdf/S0092-8674(19)31398-4.pdf)

EM PROCESSAMENTO...

Nesta primeira edição da coluna “Em Processamento...”, a Gerência Técnica de Escritório de Processos (GT-ESPROC/SPI) e a Assessoria de Comunicação Social explicam para que servem os Manuais de Procedimentos.

MPR PARA QUÊ?

Você se lembra como foi o seu primeiro mês de trabalho na ANAC? Todo o estudo para o concurso foi suficiente para que você se sentisse plenamente capaz de lidar com as suas novas atribuições? E depois de três meses... Você já se sentia confiante o bastante para realizar suas atividades sem supervisão?

Agora uma pergunta para quem é “velho de casa” e está há mais tempo na Agência: como foi receber um novo colega em sua equipe? Apresentar as rotinas de trabalho foi um processo fácil e rápido ou, na verdade, foi uma etapa que exigiu ainda mais esforço?

Boa parte do trabalho que desenvolvemos no dia a dia pode ser descrito na forma de passo a passo, com instruções úteis e diretas sobre como executar cada atividade. E é para isso que servem os Manuais de Procedimentos (MPRs): para minimizar problemas de comunicação e para facilitar o treinamento e a ambientação dos integrantes às equipes, além de contribuir para uma padronização nos resultados.

Um bom MPR é especialmente útil no treinamento de colaboradores e possibilita a retenção e transformação do conhecimento na organização de processos executados com frequência por colaboradores de diversas unidades e com requisitos detalhados e específicos. Assim, ao elaborar um MPR, é importante refletir sobre as características do trabalho que está sendo descrito. Há hipóteses em que o trabalho se aproxima mais da definição de um projeto ou do desenvolvimento de um plano de ação.

Confira a seguir algumas dicas úteis que podem ajudar na elaboração e utilização desses materiais:

QUANDO UM MPR DEMONSTRA TODO O SEU POTENCIAL

Conheça abaixo algumas características que tendem a potencializar as vantagens de se elaborar um MPR de forma cuidadosa e funcional:

✓ Quando o processo é realizado com frequência pela equipe

Se um trabalho é executado repetidamente em um dado período de tempo, é evidente o ganho do uso do MPR no treinamento de novos colaboradores: ter por escrito o que fazer em um passo a passo detalhado não paralisa o trabalho para que o treinamento de novas pessoas ocorra.

✓ Quando o processo é executado por pessoas de várias unidades

Uma das maiores qualidades do mapeamento de processos é dar a mesma visão do que está acontecendo para os diversos participantes daquele processo. Isso garante que pessoas com as mesmas atribuições, ainda que atuem em áreas diferentes, possam ter o mesmo entendimento do processo e saibam qual a finalidade de cada uma de suas atividades – além de auxiliar na homogeneidade das entregas.

✓ Quando as atividades têm requisitos detalhados e específicos de conclusão

Ao descrever critérios objetivos para o que deve ser analisado, transformamos conhecimento tácito em conhecimento explícito. Isso torna possível a existência de um padrão na execução do trabalho – independentemente do tempo de experiência do executor naquela atividade.

EM PROCESSAMENTO...

E QUANDO O MPR NÃO É SUFICIENTE... O QUE FAZER?

Alguns trabalhos exigem mais raciocínio criativo do que esforço estruturado para sua execução. Nesses casos, o formato previsto para um MPR pode não ser suficiente para exemplificar a natureza do trabalho e pode ser necessário elaborar um guia ou documento com figuras ilustrativas, orientações extras, destacando pontos-chave da atividade e relatos de como situações anteriores foram solucionadas. Confira algumas situações em que a elaboração de um material complementar pode valiosa para a sua área:

Quando as etapas são melhor descritas pelo “o quê” do que pelo “como”

Se a instrução de execução das ações não pode descrever “como” fazer cada pedaço da atividade, ou se for possível apenas prever “o quê” deve ocorrer, sem dar pista de como fazer acontecer.

Casos em que cada execução é quase única

Existem hipóteses em que, embora seja possível descrever o trabalho como um processo (com produto definido e recorrente), cada situação, na prática, acaba se comportando mais como um projeto, sendo afetada por aspectos do caso concreto e do momento, das partes envolvidas, do objeto ou mesmo da disposição política. É o caso da negociação de acordos, por exemplo.

Quando a ideia de “certo” e “errado” não são conceitos que distinguem a sequência do trabalho

Alguns tipos de trabalho não permitem a aplicação de um *checklist* para serem resolvidos – ou seja, não basta utilizar um gabarito de “certo” e “errado” para validar sua execução adequada. Estes trabalhos também se aproximam da condução de projetos, já que dependem de análise única para cada caso concreto e são fortemente influenciadas pelo momento e por suas características.



COMO ACESSAR OS MPRS DA ANAC

Todos os MPRs publicados pela ANAC estão disponíveis para consulta pelo Gerenciador de Fluxo de Trabalhos (GFT) a partir do módulo “Manuais de Procedimento (MP)”.

Eventuais dúvidas também podem ser esclarecidas diretamente com a Área Local de Gestão de Processos (ALGP) de sua unidade (clique no link para conhecer as ALGPs)*.

* Caso você esteja conectado à rede da ANAC, acesse a página com a listagem das ALGPs por este link (clique no link para acessar)

CHECK-IN ÉTICO

COMO FUNCIONA A COMISSÃO DE ÉTICA DA ANAC?

Quando se pensa em instituição, é natural vir à mente ideia de um edifício, órgão ou organização. Mas uma instituição também contempla outras estruturas do nosso cotidiano, como nossa casa, nossa família ou mesmo um trabalho em equipe. Fazer parte de algo e ter seu papel e responsabilidades definidos dentro do meio é estar inserido em uma instituição. Se enxergarmos como uma máquina, fica claro que cada peça do todo é extremamente necessária para o funcionamento global, o que exige planejamento, organização e também manutenção.

A Comissão de Ética da ANAC (CET) é uma peça importante para a Agência, mas que funciona como uma máquina também. Na sua organização, a CET é parte integrante do Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal, que é coordenado e supervisionado pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Dentro da ANAC, no entanto,

PARA QUE SERVE A COMISSÃO DE ÉTICA?

A missão da CET – a função da grande máquina que é a comissão – é orientar e aconselhar os agentes públicos da ANAC quanto à ética em situações concretas. E esse objetivo, insculpido no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, não é a única competência da Comissão.

Conheça abaixo as formas de atuação da CET:



Educativa

A CET deve promover a educação para a ética dos agentes públicos da ANAC, devendo sempre dar ampla divulgação do regimento ético vigente.



Conciliadora

Na análise de transgressões ao regimento ético, a CET pode propor a realização de acordo de conduta pessoal e profissional.



Consultiva

Todas as consultas encaminhadas à Comissão são respondidas quanto ao recorte ético dos questionamentos.



Repressiva

Compete à CET a apuração de condutas em desacordo com as normas éticas e, se necessário, a aplicação de penalidade de censura ética ao servidor ou sugestão de exoneração de cargo em comissão.



Preventiva

As condutas dos agentes públicos da ANAC devem ser orientadas e aconselhadas pela CET preferencialmente de forma preventiva, evitando-se, assim, transgressões ao regimento ético.

CHECK-IN ÉTICO

COMO ACIONAR A COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética atua de ofício ou mediante provocação de qualquer agente público da ANAC. Para contar com o apoio da Comissão, é possível entrar em contato pelos seguintes canais de atendimento:

- Pela caixa de e-mail etica@anac.gov.br.
- Pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), pela unidade "ETICA".
- Em sala localizada na sede da ANAC, em Brasília (neste caso, em decorrência da pandemia de Covid-19, o interessado deve realizar agendamento prévio).

Cabe destacar que a Comissão de Ética é uma conquista de todos os servidores e colaboradores da Agência. Na dúvida, entre em contato!

Fique de olho!

Em caso de denúncias ou representações levadas ao conhecimento da Comissão de Ética, é facultado ao autor da demanda não se identificar. Todos os assuntos, denúncias, consultas e processos são analisados pelos membros da Comissão de Ética em reuniões ordinárias mensais, que acontecem toda primeira quarta-feira do mês. Quando há necessidade, a Comissão reúne-se em caráter extraordinário por iniciativa de qualquer membro ou do secretário-executivo.

Vale destacar que todos os membros da Comissão de Ética são servidores da ANAC, que não recebem qualquer tipo de compensação ou bonificação pelo trabalho realizado junto à Comissão e, no desenvolvimento das atribuições, atuam de forma independente e imparcial, preservando a honra e imagem das pessoas investigadas.

CALENDÁRIO DE CAPACITAÇÃO



Papo ANACadêmico: Uma Aplicação de programação inteira para otimização do planejamento da fiscalização no âmbito da ANAC

Quando? Dia 21 de maio, às 10h30
Carga horária: 1,5 hora
Inscrições até o início do evento

ACOMPANHE A ANAC NAS REDES SOCIAIS



[/oficialanac](#)



[/oficialanac](#)



[/company/oficial-anac](#)



[/oficial_anac](#)



Coordenação, produção e edição: Gerência Técnica de Comunicação Integrada (GTCI/ASCOM).
Texto: Rafael Lignani (GTCI/ASCOM), Bruna Teixeira de Souza (GTCI/ASCOM) e Márcio Pacelli (ASCOM).
Edição final: Rafael Lignani (GTCI/ASCOM).
Revisão final: Maria Cecília Melo Cunha (ASCOM).
Projeto Gráfico: Marcelo Miranda (GTCI/ASCOM).
Diagramação: Armando Salmito (GTCI/ASCOM).
Contato: radar@anac.gov.br (As sugestões de pauta devem ser encaminhadas até o dia 20 de cada mês).

O RADAR é uma iniciativa da Assessoria de Comunicação Social da ANAC voltada ao fortalecimento da comunicação interna da Agência. Sua periodicidade é mensal. Não é permitida a divulgação de seu conteúdo para público externo sem prévia autorização da ASCOM.